

Maria Augusta Rui Barbosa para presidente: análise da coluna "o governo feminino" de Leal de Souza na Revista Careta

Maria Augusta Rui Barbosa for president: analysis of the column "the female government" by Leal de Souza in Careta Magazine

Gabriela Lúcio de Sousa*

Márcia Pinheiro Ferreira**

Aparecida Marina de Souza Rangel***

Márcio Ferreira Rangel****

Palavras-chave:

Maria Augusta Rui Barbosa
Revista Careta
Sufrágio Feminino

Resumo: Em 23 de junho de 1917, Leal de Souza escreveu uma breve coluna para a Revista *Careta*, denominada *O governo feminino*. Ao longo da única lauda, o jornalista comenta sobre uma série de mulheres relevantes e conhecidas de sua época que poderiam ocupar os cargos existentes na política, desde a presidência e vice-presidência até as funções nos ministérios, judiciários, diretorias e atribuições a nível estatal e municipal, sendo descrita e proposta uma gestão completamente realizada por mulheres, ou seja, sugere a existência de um governo feminino. Neste artigo pretendemos analisar a matéria, o período em questão – onde o sufrágio feminino estava em voga e era tópico tanto em discussões corriqueiras quanto no Congresso Nacional – quem são estas mulheres, o que foi possível descobrir sobre elas, o que motivou a escolha de algumas delas para estes cargos e porque Maria Augusta Rui Barbosa foi escolhida para estar à frente do cargo de presidente.

Keywords:

Maria Augusta Rui Barbosa
Careta Magazine
Women's Suffrage

Abstract: On June 23, 1917, Leal de Souza wrote a short column for Careta Magazine, entitled *The women's government*. Throughout the single page, the journalist comments on a series of important and well-known women of his time who could occupy existing political positions, from the presidency and vice-presidency to roles in ministries, judiciaries, board positions and state and municipal positions, describing and proposing a management entirely carried out by women, that is, suggesting the existence of a female government. In this article, we intend to analyze the subject, the period in question – when women's suffrage was in vogue and was a topic in both everyday discussions and in the National Congress – who these women are, what was possible to discover about them, what motivated the choice of some of them for these positions and why Maria Augusta Rui Barbosa was chosen to be the president.

Recebido em 30 de maio de 2025. Aprovado em 20 de outubro de 2025.

* Bolsista de pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa. Doutoranda em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Museu de Astronomia e Ciências Afins (UNIRIO/MAST). E-mail: gabriela.lucio@gmail.com.

** Tecnologista do Museu Casa de Rui Barbosa (MCRB/FCRB). Mestra em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). E-mail: marcia@rb.gov.br.

*** Tecnologista Sênior do Museu Casa de Rui Barbosa (MCRB/FCRB). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: cida@rb.gov.br.

**** Diretor do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Doutor em História das Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/COC). E-mail: marciorangel@mast.br.

Introdução

A Revista *Careta* foi uma publicação que circulou entre 1908 até 1960, semanalmente aos sábados, criada por Jorge Schmidt "depois de experiências anteriores com outras revistas, como *Kosmos* e *Fon-Fon*" (Garcia, 2005, p. 30). O período foi uma opção de Schmidt por algo mais acessível e cotidiano, popularesco (Garcia, 2005, p. 30). Segundo Sheila do Nascimento Garcia (2005), a revista foi veiculada inicialmente em papel couché, posteriormente em papel jornal, a cores, com uma média de 40 páginas. Uma de suas características mais marcantes era a utilização de charges em sua capa e interior.

Careta contou com a colaboração de muitos colunistas, como por exemplo "Aníbal Teófilo, Alberto de Oliveira, Goulart de Andrade, Emílio de Menezes, Bastos Tigre e Luís Edmundo" (Garcia, 2005, p. 33). Um desses colaboradores foi Antônio Eliezer Leal de Souza (1880-1948). Leal de Souza, como era comumente conhecido, nasceu na cidade de Sant'Ana do Livramento no Rio Grande do Sul e, de acordo com Diego Damaceno Lima, na juventude, foi alferes e participante da Guerra de Canudos. Posteriormente, desligou-se do quartel e passou a dedicar-se ao jornalismo em Porto Alegre (Lima, 2022, p. 86). Mudou-se para o Rio de Janeiro onde tornou-se acadêmico de direito e continuou exercendo a profissão de jornalista, além de trabalhar como secretário e repórter no *Diário de Notícias*, n^o *A Noite* e na revista *Careta* (Lima, 2022).

Uma das matérias escritas por Leal de Souza, que será estudada neste artigo, foi publicada em 23 de junho de 1917 e recebe o nome de *O governo feminino*. Esta matéria possuía uma lauda, e foi veiculada na seção *Bric-a-brac*. O próprio sentido da palavra *Bric-a-brac* elucida o tópico do artigo. O termo que, no português, escreve-se bricabracue¹ (Michaelis, 2025), define-se como "Conjunto de objetos usados (peças de vestuário, móveis, enfeites, bijuterias etc.), de origens e épocas variadas" (Michaelis, 2025) ou como "Estabelecimento comercial que compra e vende esses objetos; brechó, brique" (Michaelis, 2025) e finalmente como "Conjunto de objetos domésticos usados e de pouco valor" (Michaelis, 2025). Pode-se inferir que esta seção é composta por assuntos variados, de tópicos

banais ou de diálogos do dia a dia, porém, o tema sob o qual a matéria *O governo feminino* orbita é de suma importância para as mulheres do período: o sufrágio feminino.

O governo feminino: período, contexto e época de publicação da matéria



Figura 1 - Revista *Careta*, coluna *Bric-a-brac*, de Leal de Souza, com a matéria *O governo feminino*
Fonte: Revista *Careta* (Hemeroteca Digital), p. 10. (1917).

A matéria *O governo feminino* versa sobre um tópico em questão: o direito ao voto das mulheres. Segundo Teresa Cristina de Novas Marques (2019), a luta pela igualdade de direitos – e consequentemente ao sufrágio universal – remonta à época da Revolução Francesa, e, no Brasil, desde 1879 discute-se, na Câmara dos Deputados, a possibilidade de reforma eleitoral com a inclusão deste tópico. Neste contexto, é aprovado o Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, conhecido como Lei Saraiva (Marques, 2019, p. 58). Dentre os atos sugeridos, destacava-se a admissão das certidões científico-acadêmicas “diplomas de medicina, direito ou odontologia, por exemplo – como comprovante da qualificação educacional do eleitor” (Marques, 2019, p. 58), porém, mesmo o decreto não excluindo as mulheres, a sociedade do período extenua a participação delas:

Com base no art. 4º da Lei Saraiva, a dentista Isabel de Souza Mattos, moradora de São José do Norte, na província do Rio Grande, solicitou e obteve o registro como eleitora no ano de 1887. Quando o primeiro governo republicano convocou eleições para a Assembleia Constituinte, em 1890, a doutora Isabel procurou a junta eleitoral com o documento de registro de eleitora emitido em 1887, mas o presidente da Mesa não deixou que ela votasse (Marques, 2019, p. 59 e 60).

Nota-se, portanto, que a tentativa da inclusão das mulheres como votantes no processo eleitoral é consideravelmente anterior ao Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, que de fato inclui o sufrágio feminino no campo das leis, para posteriormente ser incluído na Constituição de 1934, até ser equânime e obrigatório para homens e mulheres em 1964 (Marques, 2019). Em 1917 – ano em que a coluna *O governo feminino* foi publicada – o então deputado “Maurício de Lacerda apresenta projeto de reformulação da legislação eleitoral em que está previsto o voto feminino” (Marques, 2019, p. 132) e esta ação é comentada por Leal de Souza na matéria:

Com a clara pureza de intenções peculiar ao seu ardente liberalismo romanesco, o operoso deputado Mauricio de Lacerda apresentou à molle inércia de sua câmara um meditado projecto de lei conferindo às mulheres o livre exercício do direito ao voto, a logo *A Notícia*, em duas edições sucessivas, recolheu com gentil fidelidade e copiosamente espalhou, sob alta responsabilidade de illustres nomes de grandes damas, a douda opinião feminina sobre a inesperada proposta do hábil parlamentar fluminense (*Careta*, 1917, p. 10).

Por mais que o deputado Mauricio de Lacerda receba o destaque pelo projeto de lei de reformulação apresentado em 1917, é válido comentar que o sufrágio feminino dependeu exponencialmente da atuação das mulheres, tais como Carlota Pereira de Queirós (1892-1982), primeira deputada brasileira, e Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976), segunda a ocupar esta função, mas não apenas elas, posto que as manifestações favoráveis ao voto feminino contou com a participação de muitas mulheres e cada uma delas foi

imprescindível para essa conquista. Uma dessas mulheres foi a professora, sufragista e indigenista Leolinda Figueiredo Daltro (1859-1935), que em 1917 enviou para a Câmara Federal um documento em representação ao Partido Republicano Feminino.

No mesmo mês, o deputado socialista Maurício de Lacerda discursou a favor do sufrágio universal, informando aos outros parlamentares que havia recebido o documento de Leolinda (Marques, 2019, p.83).

Destaca-se que ela não se limitou a coletar assinaturas solicitando o apoio nas urnas para o sufrágio feminino, no carnaval de “fevereiro de 1917, organizou um carro alegórico chamado *O Voto Feminino*, que saiu na agremiação dos Fenianos” (Marques, 2019, p. 84). Nota-se que o ano de 1917 foi relevante e movimentado para as demandas femininas relativas ao direito ao voto, e é neste momento efervescente que Leal de Souza produz a sua matéria.



Figura 2 - Leolinda de Figueiredo Daltro

Fonte: Revista *A Faceira* (Hemeroteca Digital), p. 89. (1917).

A opinião feminina sobre *O governo feminino*

A coluna de Leal de Souza debruça-se especialmente sobre a opinião feminina referente ao tema do sufrágio feminino. Algumas mulheres foram de fato consultadas se o voto deveria ser permitido ou não para elas. Aparentemente, surgiram opiniões diversas, com algumas

representantes do público feminino dizendo que as mulheres deveriam dedicar-se ao lar e à família, e outras considerando-se capazes de exercer o direito a eleger os seus governantes:

Algumas das vozes reflectoras dessa opinião demonstraram que ainda ha no Brasil senhoras imbuidas de sua nobre missão exclusiva de mães de família, e todas, salbo a necessaria excepção confirmadora da regra, comprovam que as brasileiras, - com vantagem sobre os eleitores analphabetos como sobre os eleitos corruptos, - estão moral e intellectualmente aptas para o arduo desempenho dos direitos e deveres publicos (*Careta*, 1917, p. 10).

Duas mulheres destacam-se na matéria através de suas opiniões sobre o tema, sendo elas Laurinda dos Santos Lobo (1878-1946) e Maria Gabriela Coelho Netto (1872-1931), conhecida como Gaby Coelho Netto. A primeira, senhora Santos Lobo, segundo Andresa Taís Bortoloto de Lima (2014) era conhecida por seu posicionamento político, tendo sido, no ano de 1927, presidente do conselho da Frente Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), onde "promoveu um abaixo-assinado com duas mil assinaturas pela aprovação no congresso nacional do direito ao voto das mulheres" (Lima, 2014, p. 4). Na coluna de Leal de Souza, sua opinião é descrita da seguinte forma:

Graciosamente fêmea, a subtil resposta dada á Noticia pela espirituosa sra. Santos Lobo, recusando para as felizes criaturas enthronadas no doce conforto garantido pela submissão carinhosa dos homens, os direitos ora discutidos, - reclama-os em beneficio das desprotegidas rivaes forçadas do trabalhador, e com um travo fino de magua, accentúa, que, para nós, as mulheres são apenas o que são (*Careta*, 1917, p. 10).

Já Gaby Coelho Netto, que nasce Maria Gabriela Brandão e posteriormente adota o sobrenome de seu esposo, Henrique Maximiano Coelho Netto (1864-1934) (Barros, 2022), afirma que gostaria de primeiro ver um governo constituído somente por mulheres para, assim, conseguir emitir uma opinião sobre o tópico:

Forrando de ironia setinea a lucida clareza do seu bom senso, a excelsa sra. Gaby Coelho Netto, antes de emittir conceito definitivo, desejaria assistir á [sic] bela experiencia quadrienal de um bom governo de mulheres" (*Careta*, 1917, p. 10).

Chega-se à conclusão de que é necessário imaginar pessoas que poderiam ocupar os cargos de um governo feminino ideal:

F Adoptando esta sábia maneira de encarar o grave problema, depois de estudal-o com alacridade festiva, um grupo floral de moças bonitas, num sério esforço exaustivo, tropeçando em numerosas brigas efêmeras, conseguiu organizar, para a experiencia desejada, o governo desejável (*Careta*, 1917, p. 10).



Figura 3 - Laurinda Santos Lobo
Fonte: Batista, p. 35 (2019).



Figura 4 - Maria Gabriela Coelho Netto (Gaby Coelho Netto)
Fonte: Barros Neto (2017).

A constituição do governo feminino

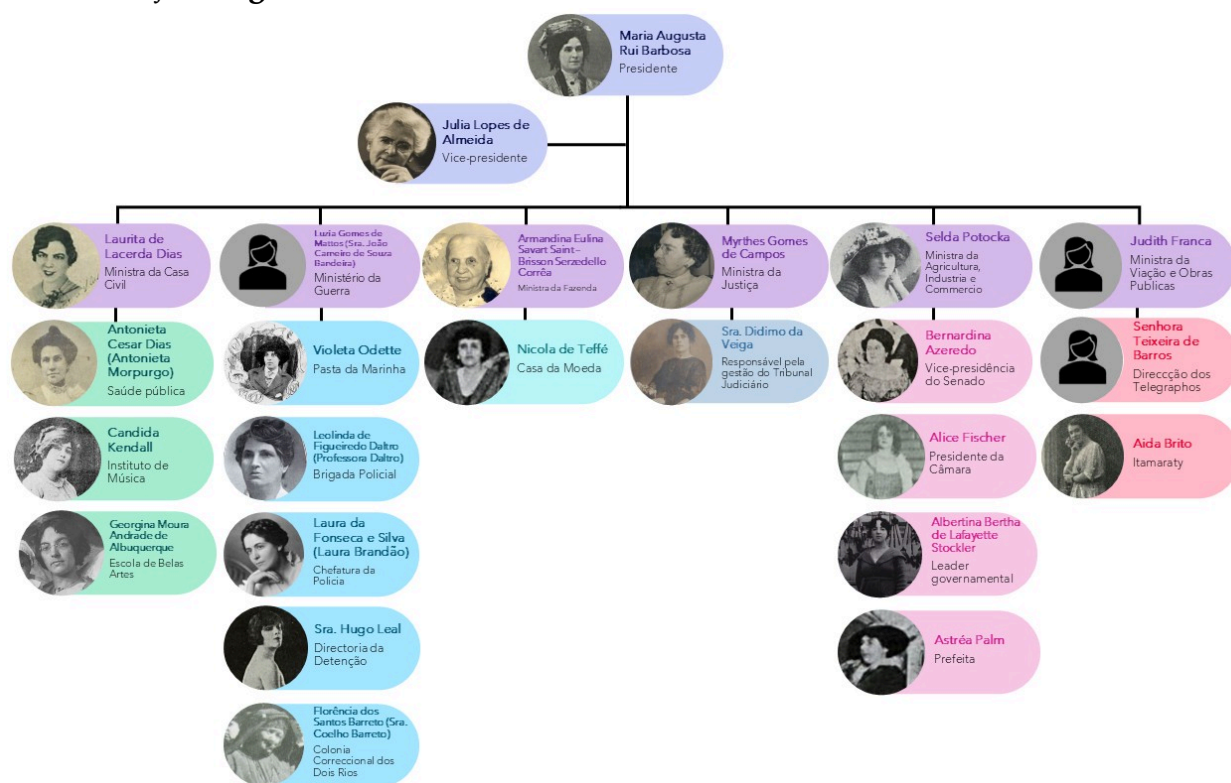


Figura 5 - Ordenação hierárquica das mulheres citadas no artigo de jornal de Leal de Souza²

Fonte: produzido pelos autores (2024).

A hierarquia acima contém todas as mulheres citadas no artigo de jornal de Leal de Souza. É importante destacar alguns pontos do processo de pesquisa: primeiramente, algumas das mulheres não foram localizadas – nem informações sobre elas, nem imagens – sendo estas as senhoras Dídimo de Veiga, Teixeira de Barros e Judith Franca. Mesmo assim, algumas poucas informações foram obtidas e serão relatadas a seguir. O segundo ponto é algo que tornou a investigação mais complexa: o apagamento destas mulheres para os seus maridos. Uma boa parte destas moças é chamada por nome-sobrenome de seus maridos, como Sra. Hugo Leal, Sra. Coelho Barreto, Sra. Teixeira de Barros e Sra. Dídimo da Veiga. Com essa questão, procurar informações sobre elas – com ou sem vinculação com os cônjuges – foi bastante complexa. Algumas destas adversidades serão comentadas a seguir.

A presidente deste governo feminino é Maria Augusta Rui Barbosa (1855-1948), a respeito da qual o colunista afirma que “com inteira justiça o Sr. Pinheiro Machado costumava dizer: ‘não sei o que mais admire, se a cabeça do marido, se o coração da esposa’, foi unanimemente indicada para a suprema

investidura presidencial” (Caretta, 1917, p. 10). Antes de casar-se com Rui Barbosa (1849-1923), usava o nome de Maria Augusta Viana Bandeira e ela vem sendo consideravelmente pesquisada³ nos últimos anos pela equipe do Museu Casa de Rui Barbosa (MCRB). A escolha pelo nome de Maria Augusta como presidente pode ser vista como uma confiança em suas capacidades e como uma forma de entendimento de que as conquistas de seu marido também tiveram a participação dela.

A vice-presidente é Julia Lopes de Almeida (1862 – 1934) e, das mulheres citadas por Leal de Souza, é uma das mais reconhecidas na atualidade. Segundo Magali Gouveia Engel (2009), Júlia Valentina da Silveira Lopes de Almeida nasce em 24 de setembro de 1862, no Rio de Janeiro. Era filha de portugueses – Adelina do Amaral Pereira e Valentim José da Silveira Lopes – que, assim como ela, eram professores: “Júlia cresceu, portanto, em um ambiente familiar onde o gosto pela leitura e pela escrita era estimulado” (Engel, 2009, p. 27). Júlia foi “escritora, jornalista, iluminista, abolicionista, defensora da educação e das ideias feministas” (Wanderley, 2024).

Na virada do século XIX para o século XX, era considerada a escritora mais importante do Brasil, e foi apontada como a maior romancista da geração de escritores que sucedeu a Machado de Assis e precedeu a eclosão do movimento modernista. Com sua produção literária e em suas ações concretas, Júlia realizou o feminismo possível dentro das limitações de sua época e do meio social em que viveu. Condenava a supremacia masculina, defendia o direito ao voto para as mulheres e combatia a exploração no trabalho, a escravidão e as violências sexuais contra mulheres (Wanderley, 2024).

Passando agora para os ministérios, a Ministra da Casa Civil seria Laurita de Lacerda Dias. Foi escritora e poetisa, e, apesar de ter comandado uma campanha para o voto feminino (O Globo, 2015), de ter escrito para a coluna "O GLOBO entre as Senhoras" (O Globo, 2015) e, em 1922, de ter participado da campanha para a construção do Cristo Redentor, onde por volta de vinte mil mulheres exibiram uma petição ao então presidente Epitácio Pessoa, requerendo anuência para a edificação do monumento (Correios Filatelia, 2021), ela não foi profundamente estudada. Ademais, sabe-se que ela escreveu artigos anticomunistas, por considerar o comunismo ateu (Andrade, 2024, p. 72).

A Sra. João Carneiro de Souza, Ministra da Guerra descrita no artigo, é Luzia Gomes de Mattos e pouco se encontra sobre sua vida. Segundo o Family Search (2025)⁴, ela nasceu em 1869 e faleceu em 20 de maio de 1944. Seus pais são Joaquina Rosa de Oliveira e Costa (1842–1909) e Antonio Armando Gomes de Mattos (1829–1894). Casou-se com João Carneiro de Souza Bandeira (1865–1917) em 26 de julho de 1889 e deste matrimônio nasceram quatro filhos: Maria Luiza de Mattos Bandeira (1891–1891), Gustavo Mattos de Souza Bandeira (1893–1953), Antônio Augusto Mattos de Souza Bandeira (1894–1963) e Luiz de Souza Bandeira (1908–1970). Tivera 7 irmãos: Alberto Gomes de Mattos (1858–1915), Leonor da Costa Gomez de Mattos (1860 - sem informação da data de falecimento), Alvaro Gomes de Mattos (1862–1923), Henrique Gomes de Mattos (1864–1936), Cecília Gomes de Mattos (1867–1936), Joaquim Gomes de Mattos Filho

(1875 - sem informação da data de falecimento) e Joaquina Gomes de Mattos (1875 - sem informação da data de falecimento).

Em seguida, temos a Sra. Serzedello Corrêa, que é Armandina Eulina Savart Saint-Brisson Serzedello Corrêa ou Ambrosina Savart de Saint-Brisson Serzedelo (1872-1968), que foi colocada no cargo de Ministra da Fazenda. Destaca-se que no site do Museu Serzedello Correa consta seu nome como Armandina, e consta também que eles possuem a certidão de casamento do casal. Já no verbete de Teresa Vitória para o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV) seu nome é mencionado como Ambrosina. Além de seu casamento com Inocêncio Serzedello Corrêa (1858-1932), na data de 17/01/1906, em uma "casa à Rua Cosme Velho, número 49 – Rio de Janeiro [Engenho Velho, 14.º, 57]" (Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, 2016, p. 286), pouco se sabe. Nasceu em 26/03/1872, na cidade do Rio de Janeiro e faleceu em março de 1968, também no Rio de Janeiro. Seus pais eram Guilhermina Elisa de Lima Moreira Octaviano e Charles Victor Savart de Saint-Brisson. De seu casamento, nasceram Jayme (1909-1983) e Armando (Vitória, 2025). Murgel (2017) lista quatro obras musicais ao piano produzidas por ela, do estilo erudito/popular. Os nomes das obras são: Ilusões perdidas, Pátria e liberdade, Sonhos de luz, Anarchista e Alma errante. Compreende-se, portanto, que a senhora Savart Saint-Brisson Serzedello Corrêa era também compositora e pianista.

A Ministra da Justiça é Myrthes Gomes de Campos (1875-1965), que, assim como Julia Lopes de Almeida, é uma mulher com muita relevância na contemporaneidade por ser considerada a "primeira 'mulher advogada' a atuar profissionalmente nos tribunais no Rio de Janeiro (1899)" (Schueler; Rizzini, 2021, p. 24). Ela trabalhou ativamente na "defesa dos direitos das mulheres à educação secundária e superior, ao exercício das profissões liberais e sua presença na campanha sufragista" (Schueler; Rizzini, 2021, p. 24).

[...] A igualdade jurídica no casamento e a garantia do divórcio também constituíram debates centrais de sua pauta, divulgada em artigos e conferências,

entre o final da década de 1890 e meados dos anos 1930 (Schueler; Rizzini, 2021, p. 24).

A Ministra da Agricultura, Indústria e Comércio foi Selda Potocka (nascimento desconhecido - 1950). Era uma polaca que se mudou para o Rio de Janeiro, onde abriu um negócio de sucesso: o Instituto de Madame Selda Potocka, localizado na então Rua Paysandu. Ela também abriu negócios em Lisboa e Portugal. Publicou livros como "Cozinha Hygienica" e "Como nos devemos alimentar". Potocka também foi colunista entre muitos jornais como o Correio da Manhã, e, sobre este assunto, Leriche de Castro Garzoni comenta:

Se antes se escreveu tanto no jornal sobre caráter do casamento, divórcio e trabalho da mulher, Potocka voltava aos assuntos da moda, beleza e comportamento. A leitoras que perguntavam como eliminar pelos no rosto, respondia que o tratamento correto não era com cremes depilatórios, mas por meio de corrente elétrica contínua, serviço que só o seu instituto de beleza oferecia (Garzoni, 2012).

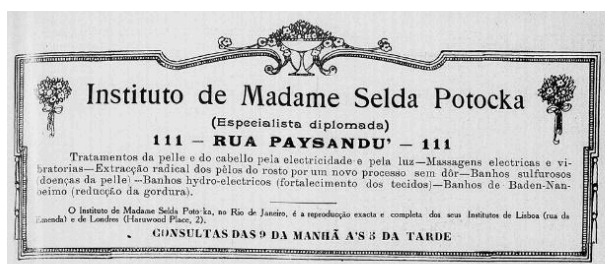


Figura 6 - Instituto de Madame Selda Potocka - 1914
Fonte: Revista da Semana (RJ) (Hemeroteca Digital), 1914, p. 5.

Selda casa-se em Carlos Malheiro Dias (1875-1941) e adota seu sobrenome tornando-se Selda Potocka Malheiro Dias. Sobre sua trajetória no Brasil, é possível dizer que:

No Rio de Janeiro, Selda Potocka prosseguiu essas atividades o que demonstrou seu caráter independente e fora dos padrões do que era visto como comportamento feminino. Abriu uma filial do instituto de beleza que dirigia em Lisboa, assinou uma coluna na Gazeta de Notícias ("Consultório da Mulher"), na qual atendia as dúvidas do público feminino e escreveu um livro de aconselhamentos, Consultório da Mulher, fruto da volumosa correspondência recebida,

1800 cartas, entre 1914 e 1915, sobre higiene da beleza, tratamento da pele, tratamento do cabelo, doenças das senhoras, doenças das crianças e economia doméstica (Alves, 2009, p. 200).

Judith Franca foi escolhida como Ministra da Viação e Obras Públicas e é descrita no artigo de Leal de Souza como a "reconstructora da Igreja da Luz" (Careta, 1917, p. 10), mas nenhuma informação sobre ela ou sobre obras em uma Igreja da Luz foram encontradas. Saindo dos ministérios e indo para os próximos cargos, Antonieta Cesar Dias (Antonieta Morpurgo) é colocada como responsável pela Saúde Pública. Antonieta Cesar Dias ou Antonieta Morpurgo (1869-1919) foi uma médica formada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com a pesquisa intitulada "Hemorragia Puerpural" (Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil [1832-1970] - Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2025). Seu sobrenome Morpurgo advém de seu matrimônio com Eduardo Morpurgo. Abriu consultório próprio no Rio de Janeiro, na Rua do Catete, nº 162 (Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil [1832-1970] - Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2025). Realizou carreira profícua no campo da saúde, foi reconhecida por profissionais da área e clinicou nos setores de saúde da mulher e da criança.

O Instituto de Música seria coordenado pela cantora e professora de canto Candida Kendall. Assim como outras personagens, não se sabe muito sobre sua trajetória, além de recortes de sua atuação como cantora e docente nesta área. Por exemplo, em 05 de julho de 1919, Kendall estava no Programa no 48º Concerto do Theatro Municipal, apresentando a canção *Absence* de Hector Berlioz, onde é dito que

Candida Kendall, por vezes, tem prestado o concurso do seu talento e o brilho do seu nome artístico aos concertos de nossa sociedade. Repete o obsequio, interpretando duas composições, uma das quaes de Berlioz, nome que, na arte, é um mundo" (Museus do Estado do Rio de Janeiro, 2025).

Em 24 de novembro de 1911 participou do "Grande festival organizado por Arthur Napoleão em comemoração ao Centenário de Franz Liszt" (Instituto Piano Brasileiro, 2025) e em 12 de

dezembro de 1914 esteve presente no "Grande concerto-festival organizado pelos pianistas Antonietta Rudge e Arthur Napoleão" (Instituto Piano Brasileiro, 2025). Candida também foi professora da cantora lírica Cristina Maristany (Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira, 2021).

Já a Escola de Belas Artes seria coordenada por Georgina Moura Andrade de Albuquerque (1885-1962). Personagem também reconhecida na contemporaneidade, Georgina é "uma das principais mulheres brasileiras a se firmar como artista no começo do século XX" (Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira, 2025). Georgina realiza formação superior em Artes na Escola Nacional de Belas Artes (Enba) e realiza cursos na França, na *École Nationale Supérieure des Beaux-Arts* (Ensba) (Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira, 2025, Online). "Em suas telas, a figura feminina é representada como agente ativa do cotidiano e da construção do país" (Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira, 2025).

Passando para os cargos relacionados à segurança pública, a Pasta da Marinha receberia a gestão de Violeta Odette, e pouca informação se tem sobre ela. Sabe-se que ela era uma profícua poetisa, que publicou em muitos jornais de seu período como *A Faceira* (RJ) e *Ilustração Moderna* (RJ). Em 1924 ela lança um livro denominado *Sentindo o mestre*, e outra publicação sob o título de *O Sonho da Esphinge*, foi publicada em 1929.

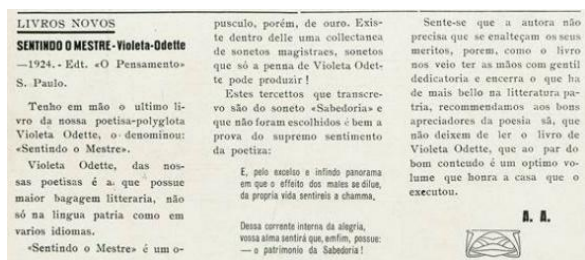


Figura 7 - Nota sobre lançamento de livro de Violeta
Fonte: *Ilustração Moderna* (RJ) (Hemeroteca Digital), 1924, p. 12.

Leolinda de Figueiredo Daltro (1860-1935) responderia pela Brigada Policial. Também reconhecida na atualidade, foi professora e sufragista. Mãe de cinco filhos, nasceu na Bahia, mas passou a maior parte de sua vida no Rio de Janeiro. Foi também "precursora do indigenismo no Brasil,

defendia a incorporação dos índios brasileiros à sociedade por meio da alfabetização laica" (Melo; Marques, 2025). "Leolinda também se dedicou à defesa da conquista da cidadania plena para as mulheres" (Melo; Marques, 2025). Inserindo-se no campo político, "em 1919, Leolinda lançou-se candidata à Intendência Municipal do Distrito Federal, cargo equivalente ao de prefeito" (Melo; Marques, 2025).

A Chefatura da *Polícia* seria de responsabilidade de Laura da Fonseca e Silva (Laura Brandão) (1891-1942). Laura era poetisa, renomada nos salões cariocas, feminista e comunista (Bernardes, 2005). Filha de Jacinta Cavalcanti e Domingos Leopoldino da Fonseca e Silva, casou-se com Octávio Brandão e envolveu-se ainda mais com questões políticas. Participou da redação do jornal *A Classe Operária* e compôs fileiras no Partido Comunista do Brasil (PCB):

Como militante de esquerda, atuou ao lado do Partido Comunista Brasileiro, embora nunca tenha se filiado a ele. Com a militância vieram as prisões, a polícia na porta de sua casa acompanhando os passos de Octávio Brandão, a vida de privações a que foi submetida pelas circunstâncias da conjuntura política que o país vivia. Desde 1922, dedicou-se à literatura marxista. Sua militância feminista se deu junto ao Comitê de Mulheres Trabalhadoras (1928), ligado ao Bloco Operário Camponês, do qual foi uma das fundadoras (Bernardes, 2005, p. 115).

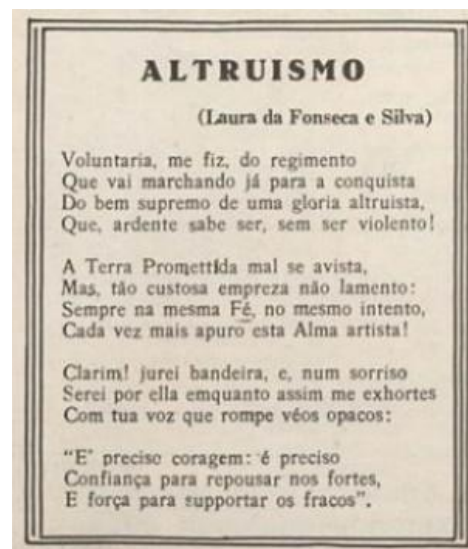


Figura 8 - Poema "Altruismo" de Laura da Fonseca
Fonte: *O Malho* (Hemeroteca Digital), 1935, p. 6.

A *Directoria* da Detenção ficaria sob responsabilidade da Sra. Hugo Leal⁵. O nome real dela não foi localizado, e na matéria de Leal de Souza comenta-se que

[...] a jovem Sra. Hugo Leal, que, segundo escreveu numa revista, quizera ser a Theda Bara, deve possuir a especial enfiatura precisa para exercitar a perigosa directoria da detenção" (*Careta*, 1917, p. 10).

Theda Bara (1885-1955) foi uma famosa atriz do cinema mudo e evidencia-se que a Sra. Hugo Leal a admirava. A matéria *A elegância no teatro, nos chás e nos salões* evidencia sua performance social e nela Theda Bara é novamente citada.



Figura 9 - Matéria com a Sra. Hugo Leal

Fonte: *Fon Fon* (Hemeroteca Digital), 1919, p. 26.

Florência dos Santos Barreto (Sra. Coelho Barreto) responderia pela *Colônia Correccional* dos Dois Rios. E o caso desta personagem no decorrer da pesquisa demonstra as dificuldades de investigar as mulheres que possuem seus nomes e sobrenomes apagados para uso da nomenclatura dos maridos. Os nomes "Coelho" e "Barreto", juntos ou separados, eram bastante comuns nos anos 1900 - e até hoje - por isso, os resultados foram diversos e seria difícil

saber exatamente quem seria o marido ligado a este sobrenome. Inicialmente, foi localizado no artigo "Observações sobre a falência dos modelos policiais" de Marcos Luiz Bretas (1997) uma possível motivação para a escolha de Florência dos Santos Barreto para o cargo na *Colônia Correccional* dos Dois Rios:

Quando a Sra. Coelho Barreto compareceu ao 5º DP para registrar queixa de furto contra uma empregada, ela não ficou satisfeita com o atendimento:

Eram pouco mais de 6 horas quando a Sra. Coelho Barreto entrou na delegacia.

Recebeu-a o estremunhado prontidão.

- Que quer?

- Desejava falar com o delegado.

- Não é hora, a senhora venha ao meio-dia.

- O caso é urgente, senhor; desde que não está o delegado falarei com a pessoa que o substitui.

- É o comissário mas ele está dormindo.

- Tenha a bondade de chamá-lo. Esperarei.

A senhora espera pacientemente uma hora, no fim da qual viu aparecer bocejante a porta de um pequeno

quarto a figura cansada e preguiçosa da mais completa autoridade policial (Bretas, 1997, p. 86).

Nota-se que Florência dos Santos Barreto foi incisiva e demonstrou sua insatisfação com o atendimento. Com isso, ela poderia prestar um serviço melhor neste setor. A partir deste artigo, a investigação concentrou-se nos jornais do período disponíveis na Hemeroteca Digital. Após algumas consultas sem retorno, onde as matérias referiam-se somente a "Sr. e Sra. Coelho Barreto", uma nota na Revista da Semana de 23 de abril de 1921 trouxe uma resposta:

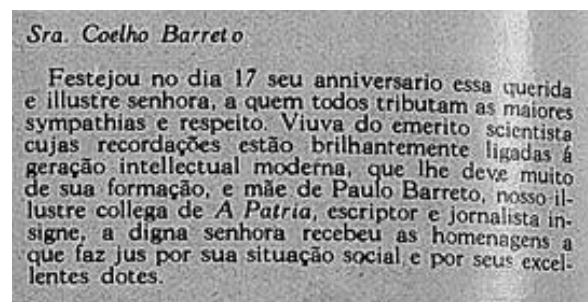


Figura 10 - Nota de aniversário para Florência dos Santos Barreto na Revista da Semana

Fonte: *Revista da Semana* (RJ), 1921, p. 26.

Com isso, um novo parente – além de seu marido Coelho Barreto – aparece: seu filho Paulo Barreto. Com estas informações descobre-se que a Sra. Coelho Barreto é Florência dos Santos Barreto, esposa do educador Alfredo Coelho Barreto e mãe de João Paulo Emílio Cristovão dos Santos Barreto - O cronista João do Rio (1881-1921). Segundo matéria de André Bernardo para a BBC News do Brasil (2024), Florência dos Santos Barreto era uma "uma negra alforriada carioca". Pouco se sabe sobre Florência, porém, a partir de alguns comentários sobre a vida de João do Rio é possível dimensionar um pouco sobre ela:

[...] já a caminho do Brasil, recebe a notícia da morte repentina de seu pai, chegando a tempo de comparecer à missa de sétimo dia e de consolar sua adorada mãe, D. Florência, que, diga-se de passagem, intrometia-se amiúde na vida do filho escritor (Brandão, 2025, Online).

Florência assistiu a morte de seu marido e filhos. Em 1898 morre Bernardo Gutemberg, seu primeiro filho, em 1908 Alfredo Coelho Barreto falece, e em 1921 é a vez de João do Rio (Azevedo, 2010). Porém ela "soube retomar sua vida e cuidar das providências relacionadas ao patrimônio de seu filho" (Azevedo, 2010, p. 238).

Assim, no dia 16 de agosto de 1921, ou seja, dois meses após a morte de João do Rio, Dona Florência convidou Humberto Taborda, 1º secretário do RGPL, para ir à sua residência e declarou-lhe que doaria a biblioteca que pertenceu a seu filho (ACTA, 31 ago. 1921), tão logo fosse concluído o inventário. Assim, transcorridos doze dias, possivelmente relacionados aos trâmites da doação, a Diretoria do RGPL informou que no dia 28 de agosto recebeu outra carta de Dona Florência. Na missiva, ela oficializava a doação e pedia que os livros fossem "guardados em lugar à parte, assinalado por uma placa em que se leia o nome do seu sempre lembrado filho" (ACTA, 31 ago. 1921). Visconde de Moraes, então presidente do Real Gabinete, deliberou que o bibliotecário e acionista Alexandre Albuquerque providenciasse as modificações que se fizessem necessárias para o acondicionamento do acervo. Ficou ainda estabelecido que o sr. Albuquerque deveria arrolar e catalogar a coleção quando chegasse e, em

seguida, seria gravada a placa a ser inaugurada em sessão extraordinária (Azevedo, 2010, p. 238).

Após a doação, a RGPL ofertou a ela uma "medalha de ouro e o título de Benfeitora pela doação da biblioteca de Paulo Barreto" (Azevedo, 2010, p. 239). Ela recebeu a equipe para tal ato com uma "lauta mesa de doces e champanhe" (Azevedo, 2010, p. 239 apud A Pátria, 1923) e declarou o seguinte:

[...] logo após o desaparecimento de meu filho uma idéia tenaz, latente atormentava o meu atormentado espirito, era a preocupação dos seus livros, dos seus livros que elle tanto amava, que elle nos seus dias de recolhimento e amargura, lia-os e relia-os em verdadeiro êxtase, encontrando nelles o consolo, a calma que precisava. Que fazer delles? Eram tantos! Vendel-os? Seria profanal-os! Oh! não, não queria... e nesse dedalo de angustiosa incertesa, senti-me subitamente preza da idéa de doal-os á qualquer instituição. Qual delas Perguntava a mim mesma? Insistente e misteriosa resposta, indicava-me o Gabinete Portuguez de Leitura. Acto continuo compri a suggestiva ordem. Depois dos livros, veio a inquietações pelas suas honrarias conquistada a golpes de exaustivo trabalho, essa dolorosa gloria de que elle era tão cioso... sinto-me tranquilla, quase alegre, e não sei, não posso explicar doutra forma; porque nunca entrei no Gabinete, desconhecia essa instituição que é um verdadeiro templo [...] (Azevedo, 2010, p. 239 apud A Pátria, 1923).

Constata-se que Florência Barreto valorou e cuidou da memória de seu filho, e "com a decisão de doar a Biblioteca de João do Rio ao Real Gabinete Português de Leitura, contribuiu para salvaguardar não só o acervo, mas a memória dele, memória que quase foi apagada após sua morte e que hoje é cada vez mais evocada" (Azevedo, 2010, p. 246). Para a Casa da Moeda a selecionada foi Nicola Murinelly de Teffé. Ela nasce Joaquina de Oliveira Murinelly, filha de Maria Magdalena de Oliveira Murinelly e José Arthur de Murinelly. Era esposa de Álvaro de Teffé e adotou seu sobrenome após o matrimonio. Nicola de Teffé, Astréa Palm e Selda Potocka compuseram a Associação da Mulher Brasileira (AMB)

[...] fundada no ano de 1916 e tinha como objetivo principal não apenas inaugurar uma filantropia dedicada a causa feminina, mas de submetê-la a um programa, tornando-a mais produtiva e eficaz" (Costruba, 2018, p. 138).

Nicola Murinelly de Tefé era a presidente da AMB, Selda Potocka era secretária e Astréa Palm foi escolhida como tesoureira. (Costruba, 2018, p. 139).



Figura 11 - Foto da reunião da AMB

Fonte: *Fon Fon* (Hemeroteca Digital), 1916, p. 20.

A responsabilidade pela gestão do Tribunal Judiciário, equivalente ao Tribunal de Contas da União (TCU) é da Sra. Didimo da Veiga. Seu nome fora de seu casamento não foi localizado, mas sabe-se que ela era esposa de Dídimo Agapito da Veiga Júnior (1847-1939), que foi

Membro da primeira leva de ministros do TCU, de 1895 a 1918 exerceu a presidência do tribunal e de 1895 a 1917 foi também ministro relator das contas do governo da República. Deixou o TCU ao se aposentar, em novembro de 1919 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Melo, Marques, 2025).

Ademais, o Museu Histórico Nacional recebeu em 2009 a doação de um material que se tornou a Coleção Dídimo Agapito da Veiga Junior, advindo de Elza Agapito da Veiga. Não é possível constatar se Elza é filha ou esposa, porém, ela, juntamente com Thea Agapito da Veiga e Dora Agapito da Veiga foram contempladas com pensão

pelo TCU em 1976 (Brasil, 1976, p. 18). Considerando os sobrenomes iguais, é possível que sejam todas filhas da Senhora e do Senhor Dídimo Agapito da Veiga Júnior. Nesta doação de Elza, consta uma imagem da Senhora Dídimo Agapito da Veiga Júnior. Foi solicitado em maio de 2025 ao MHN acesso a imagem, e a mesma disponibilizada em agosto de 2025.

A Vice-presidência do Senado é de Bernardina Azeredo (18??-1941). O nome completo dela é Bernarda Preciosa Gonçalves de Azeredo Babo, casada com Leopoldo de Azeredo Babo (Base Arch - Fiocruz, 2025) e mãe do cantor e compositor Lamartine de Azeredo Babo (1904-1963). Bernardina foi uma das fundadoras, em 1906, da Associação das Damas da Assistência à Infância criada pelo Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (Camara, 2017, p. 199). Bernardina Azeredo foi a primeira presidente da primeira diretoria, entre 1906 e 1907. Ela também era muito ativa na vida social carioca, participando de muitos eventos, como em julho de 1910, onde ela esteve em um baile do Palácio Monroe (*Fon Fon*, 1910, p. 14).



Figura 12 - Matéria sobre as Damas da Assistência à Infância

Fonte: *A Faceira* (Hemeroteca Digital), 1911, p. 6.

A Presidência da Câmara ficaria por conta de Alice Fischer, atriz que participou de algumas montagens e ações de assistência dos anos 1900. Em 28 de agosto de 1915 participou da instalação e entrou como membro da Cruz Branca, ocupando o cargo de segunda secretária (*Revista da Semana*, 1915, p. 26). Em agosto de 1919, ela interpretou Tosca, na peça *A Tosca*, com o grupo Amadores Brasileiros no Teatro Municipal (*O Malho*, 1919, p. 24). Em maio de 1934 foi a fada em uma montagem da *Bela Adormecida* com o grupo do Opera Lyrica Nacional, também no Theatro Municipal (*Vida Moderna*, 1924, p. 29). Já em 1921 participou dos festejos de bodas de prata de Miguel Couto (*Noticiário Elegante*, 1921, p. 25).



Figura 13 - Matéria sobre peça "A Tosca"
Fonte: *O Malho* (Hemeroteca Digital), 1919, p. 24.

Albertina Bertha de Lafayette Stockler (1880-1953) foi eleita por Leal de Souza como Leader governamental. Ela é mais uma das personagens conhecidas - assim como Julia Lopes de Almeida, Leolinda de Figueiredo Daltro, Myrthes Gomes de Campos e Laura da Fonseca e Silva - sendo uma escritora bastante reconhecida na *Belle Époque* pois era "uma voz discordante entre as mulheres à época pela ousadia de tratar de temas considerados tabus, como o adultério e o desejo femininos" (Faedrich, 2018, p. 159). "Mesmo educadas, na maioria das vezes não se esperava que as mulheres escrevessem literatura [...] e muito menos que a publicassem" (Faedrich, 2018, p. 161):

Exaltação, romance de estreia de Albertina Bertha de Lafayette Stockler (1880-1953), publicado em 1916, apresenta uma protagonista inconformada com o papel atribuído à mulher e com a hipocrisia e preconceito da sociedade. Ladice quer abolir os costumes arraigados na ignorância, quer uma sociedade em que a inteligência da mulher possa ser reconhecida, dando, assim, a oportunidade de ela interagir ao "nível dos homens". O excerto selecionado apresenta o diálogo entre Ladice, personagem transgressora, e sua prima Dinah, protótipo da mulher pura e bem-comportada. É interessante reparar no contraste entre esses dois perfis femininos, enquanto Dinah é passiva e obedece ao status quo, Ladice é renitente à "trilha comum" que espera das mulheres um comportamento sem inclinações e opiniões (Faedrich, 2018, p. 164).

Astréa Palm foi selecionada como Prefeita. Ela foi uma socialite e filantropa de seu período. Era considerada uma mulher de "inteligência rutilante" (Egito, 2017, p. 5), mas pouco se sabe sobre sua vida. "Para a sigilosa Direccção dos Telegraphos a reconhecida discreção da Sra. Teixeira de Barros" (*Careta*, 1917, p. 10) foi escolhida. Infelizmente, não foi possível localizar o nome dela fora do casamento nem obter mais detalhes sobre sua vida. Sabe-se que ela e suas filhas (ou com uma das únicas filhas) participou de um chá das cinco em 12 de julho de 1910 (*O Paiz*, 1910, p. 5). Em 04 de novembro de 1916 ela participou de uma festa da AMB no Theatro Municipal, onde interpretou o papel de "condessa" na representação do *Dominó Negro* (*A Lanterna*, 1916, p. 2). Provavelmente ela era membro da AMB, mas não é possível afirmar. Além de participações como essa em eventos sociais, outras informações não foram localizadas.

Finalmente, para o cargo do Itamaraty, foi escolhida Aida Brito, que "emprestaria ao nosso obscuro paiz, engrandecendo-o aos olhos do mundo, o aurífico fulgor dos seus cabellos de sol" (*Careta*, 1917, p. 10). Aida Brito - costumeiramente tratada como senhorita, e, portanto, uma jovem - era uma *socialite*, que foi retratada em uma série de colunas sociais, inclusive com imagens - e esteve presente em eventos da alta sociedade. Já em 1918 ela participou da organização de um baile onde interpretou *La Belle em Contos de Perrault* (*Fon Fon*, 1918, p. 8). No mesmo ano, interpretou *Manon et de Gieus* nos

ensaios de *Tableaux vivants* (Fon Fon, 1918, p. 12). Em 1919 publica-se as preferencias de Aida Brito na tradicional Confeitaria e Sorveteria Alvear: *Ice-cream soda* e bombons de amêndoa (Fon Fon, 1919, p. 32). Ou seja, nota-se a inserção de Aida na vida mundana da elite carioca, mas sem mais detalhes sobre ações de sua vida. Ademais, Aida Brito é citada em um evento do *Theatro Municipal* de São Paulo em 29/04/1923, o Festival da Sociedade de Cultura Artística, onde ela foi solista (Museu Villa-Lobos, 2021, p. 192).



Figura 14 - Charge de Aida Brito na Fon Fon

Fonte: *Fon Fon* (Hemeroteca Digital), 1917, p. 24.



Figura 15 - Foto de Aida Brito com amigas em representação da Grécia Antiga

Fonte: *Fon Fon* (Hemeroteca Digital), 1917, p. 31.

Considerações finais

Estas mulheres citadas no decorrer deste artigo foram relevantes o suficiente em seu período de vida para serem lembradas no artigo de Leal de Souza. Porém, o excesso de vinculação com seus maridos prejudicou conhecer elas por elas mesmas, e, em alguns casos, de serem não apenas conhecidas, mas também reconhecidas – posto que algumas delas não foram localizadas – sendo apenas Sra. Hugo Leal, Sra. Didimo da Veiga, Sra. Teixeira de Barros – senhoras de alguém.

Nota-se também que existe certa diversidade entre essas mulheres no sentido político-social – a maioria delas era branca e de alta sociedade – mas ainda assim algumas eram de situações menos abastadas, duas eram consideradas negras (Myrthes Gomes de Campos e Florência dos Santos Barreto) e duas tinham suas visões políticas bastante demarcadas – como Laurita de Lacerda Dias, que era anticomunista e Laura da Fonseca e Silva, que era militante comunista.

Ademais, elas também realizaram ações juntas – como a AMB, que contava com membros como Selda Potocka Malheiro Dias, Nicola Murinelly de Teffé, Astréa Palm e participação da Sra. Teixeira de Barros; presenças nos mesmos eventos e salões, como evidenciado na matéria de 24 de junho de 1916 da Revista *Fon Fon*, onde cita-se a festa do Embaixador Americano Edwin Morgan, em que Bernardina Azeredo e Maria Augusta Rui Barbosa estiveram (Fon Fon, 1916, p. 26) e finalmente trabalhos de auxílio aos necessitados, como mostrado na matéria do Jornal *O Paiz* de 1915:

Albergues nocturnos

Vai tendo o melhor acolhimento possível a idéa da criação, nesta capital, de alguns albergues, onde se possam recolher, durante a noite, todos aquelles que, pelas duras contingencias da sorte, se acham privados do aconchego de um tecto. Essa feliz iniciativa, partida dos nossos colegas da Gazeta de Noticias, está agora entregue á carinhosa dedicação de numerosas senhoras da nossa sociedade. Ainda hontem realizou-se uma reunião, na residencia do Dr. Coelho Netto, o illustre romancista brasileiro, ficando definitivamente organizadas as seguintes commissões:

Presidente, Sra. Ruy Barbosa; vice-presidente, Sra. Coelho Barreto; 1ª secretária, Sra. Esmeraldino Bandeira; 2ª secretária, Sra. Zilda Duque Estrada; tesoureira, Sra. Gaby Coelho Netto, comissão executiva; Sra. Chiquita Ruy Barbosa Airosa, Sra. Kendal, Sra. Alice Fischer, senhorita Gilmar Bandeira, senhora Paranhos de Macedo, senhora Didimo da Veiga, sra. Waldemar Bandeira, senhora Coelho Lisboa, senhorita Rosalina Coelho Lisboa, Sra. Azurem Furtado, senhora Julio Furtado, senhorita Angela Vargas, Sra. Bastos Tigre, Catharina Mosses, senhora e senhora Roha. Serão convidados, também, para a comissão de honra os redactores-chefes, e para auxiliares effectivos todos os secretarios dos principaes jornaes e revistas do Rio. A primeira da serie de festas realizar-se-ha num dos nossos grandes salões, constando de uma parte musical e outra teatral (*O Paiz*, 1915, p. 2).

Finalmente, é importante salientar que este artigo é apenas um recorte da trajetória reconhecível destas mulheres, baseado em um governo feminino fictício, composto por personagens reconhecidas na sociedade de seu período, mas que, em muitos dos casos, tiveram suas histórias perdidas. É importante notar que, mesmo que algumas delas tenham sido esquecidas, raramente seus maridos foram, e neste recorte, as que obtiveram um destaque mais proeminente não tiveram seus nomes e trajetórias vinculadas a outros homens.

Neste governo feminino hipotético, Maria Augusta Rui Barbosa é a presidente. Seu marido, Rui Barbosa, concorreu à presidência por quatro vezes e perdeu em todas, porém, na matéria de Leal de Souza, Maria Augusta foi eleita diretamente, e é interessante ponderar nesta questão: ela foi eleita mesmo sem nunca ter sido primeira-dama e em certa competição com tantas outras mulheres relevantes de seu período. Resta apenas recuperar o que for possível sobre elas e imaginar as possibilidades que poderiam ter surgido a partir de um governo inteiramente feminino.

Notas

1 *bric-à-brac* é a palavra em francês e é traduzida literalmente como quinquilharias. MICHAELIS. Bricabraque. Disponível em:

<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/bricabraque>. Acesso em: 09 mai. 2025.

2 Fotos das mulheres usadas na Figura 5:

Acervo Anna Faedrich, 2025.

Arquivo Nacional (Fundo Correio da Manhã), 2025.

Arquivo Nacional (Fundo Correio da Manhã), 2025.

Dy, 1917.

Figuras e tópicos: Selda Potocka Malheiro Dias, 1916.

Levemos a mulher à Academia de Letras - Laurita Lacerda Dias, 1936.

Maia, 1919.

Museu de História da Medicina (MUHM), 2025.

Museu Histórico Nacional / Ibram / MinC, 2025.

Museu Histórico Nacional / Ibram / MinC, 2025.

Museu Serzedello Corrêa, 2025.

Museus do Estado do Rio de Janeiro, 2025.

Museu Villa-Lobos, 2021.

Netto, 1917.

Notas Mundanas, 1910.

Notas Mundanas, 1915.

O conselheiro Ruy Barbosa, sua esposa e sua filha, 1908.

Odette, 1914.

Perfis femininos: Madame Kendall, 1912.

3 Algumas das publicações a serem citadas sobre o tema podem ser lidas a seguir:

Rangel; Silva; Rangel; Sousa; Ferreira; Granato, 2025.

Sousa, 2022.

Sousa; Rangel; Rangel; Ferreira, 2025.

Sousa, 2018.

Sousa; Lopes, 2022.

Sousa; Lopes, 2021.

Sousa; Rangel, 2023.

4 Informações de Luzia Gomes de Mattos disponíveis em: <https://www.familysearch.org/pt/tree/person/details/LT4Y-RXW>. Acesso em: 14 mai. 2025.

5 Não é o objetivo do artigo focar nos maridos, mas, para contexto da Sra. Hugo Leal, é válido comentar brevemente sobre seu marido. Hugo Leal, pseudônimo de Vasco Lima (1883-1973), caricaturista português que, em parceria com Seth, pseudônimo de Álvaro Martins (1891-1949) desenhou para a revista "O Gato, Álbum de Caricaturas" em meados de 1911 (Wanderley, 2021).

Referências

A. A. **Sentindo o Mestre - Violeta Odette.** Ilustração Moderna, Rio de Janeiro, 27 dez. 1924, p. 12. Disponível em:

<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/342467/1468>. Acesso em: 09 mai. 2025.

A Bella Adormecida no Municipal. Vida Moderna, São Paulo, 9 maio. 1924, p. 29. Disponível em:
https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/830283/per830283_1924_00475.pdf. Acesso em: 09 mai. 2025.

A instalação da Cruz Branca. Revista da Semana, Rio de Janeiro, 28 ago. 1915, p. 26. Disponível em:
https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/025909/per025909_1915_00029.pdf. Acesso em: 09 maio. 2025.

ACERVO Anna Faedrich. **Fotografia de Albertina Bertha.** Disponível em:
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Fotografia_de_Albertina_Bertha,_em_1920._Acervo_Anna_Faedrich..jpg. Acesso em: 12 mai. 2025.

ALVES, Jorge Luís dos Santos. **Malheiro Dias e o luso-brasileirismo – um estudo de caso das relações culturais Brasil-Portugal.** Tese (Doutorado em História) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ANDRADE, José Antônio de. O discurso político-religioso e a narrativa anticomunista do período Vargas. **Revista Mosaico**, v. 16, n. 25, p. 58-79, 2024.

ARQUIVO Nacional (Fundo Correio da Manhã). **Júlia Lopes de Almeida, sem data.** Disponível em:
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:J%C3%BAlia_Lopes_de_Almeida,_sem_data.tif?page=1. Acesso em: 12 mai. 2025.

ARQUIVO Nacional (Fundo Correio da Manhã). **Mirtes de Campos (sem data).** Disponível em:
[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mirtes_de_Campos_\(sem_data\).tiff#/media/Ficheiro:Mirtes](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mirtes_de_Campos_(sem_data).tiff#/media/Ficheiro:Mirtes)

[_de_Campos_\(sem_data\).tiff](#). Acesso em: 12 mai. 2025.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. A doação da biblioteca João do Rio ao Real Gabinete Português de Leitura: aspectos de uma história pouco conhecida. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 3, p.233-249, 2010.

BARROS, Eziquio. **A família de Coelho Neto.** Disponível em:
<https://noca.com.br/eziquio-barros/coluna/805-a-familia-de-coelho-neto%29>. Acesso em: 09 mai. 2025.

BARROS, Eziquio. **Imagem – Coelho Neto.** Disponível em:
<https://eziquio.wordpress.com/2017/04/27/imagem-coelho-neto/>. Acesso em: 09 mai. 2025.

BASE ARCH - FIOCRUZ. **Bernarda Preciosa Gonçalves de Azeredo Babo.** Disponível em:
<https://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/bernardina-azeredo-babo>. Acesso em: 09 mai. 2025.

BATISTA, Luciana Campos. **Laurinda Santos Lobo, usos e sentidos dos espaços: entre memórias e apagamentos.** Dissertação (Mestrado em Memória Social) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

BERNARDO, André. **Por que a obra de João do Rio, apesar de sua enorme popularidade, caiu no esquecimento?.** BBC News Brasil, Rio de Janeiro, 09 outubro. 2024. Disponível em:
<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cp3w85d5xdjo>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BERNARDES, Maria Elena. Laura Brandão: soltando a voz nos salões literários. **Cadernos AEL**, v. 2, n. 3/4, 2012.

BERNARDES, Maria Elena. Histórias reconstruídas: Laura Brandão na memória de seus descendentes. **História Oral**, v. 8, n. 2, p. 111-127, 2012.

Boletim da Associação das Damas da Assistência à Infância. A Faceira, Rio de Janeiro, out. 1911, p. 6. Disponível em:
<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/347906/88>. Acesso em: 09 mai. 2025.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Ata Nº 74 de 14 de outubro de 1976**, [Sessão Ordinária]. Brasília: TCU, 1976. Disponível em:
https://www.tcu.gov.br/atas/1976/plenario/TCU_ATA_0_N_1976_74.pdf. Acesso em 15 mai. 2025.

BRETAS, Marcos Luiz. Observações sobre a falência dos modelos policiais. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, v. 9, n. 1, p. 79-94, 1997.

CAMARA, Sônia. As Damas da Assistência à Infância e as ações educativas, assistenciais e filantrópicas (Rio de Janeiro/RJ, 1906-1930). **Revista História da Educação**, v. 21, n. 53, p. 199-218, 2017.

CORREIOS FILATELIA. **Bloco em Homenagem ao Monumento do Cristo Redentor.** Filatelia Correios, Rio de Janeiro, 27 setembro. 2021. Disponível em:
<https://blog.correios.com.br/filatelia/?p=44705>. Acesso em: 14 mai, 2025.

COSTRUBA, Deivid Aparecido. **Para além do Sufragismo: A contribuição de Júlia Lopes de Almeida à história do feminismo no Brasil (1892-1934).** Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual Paulista, Assis, 2018.

Cristina Maristany. In: DICIONÁRIO Cravo Albin da música popular brasileira. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Cravo Albin, 2021. Disponível em:
<https://dicionariompb.com.br/artista/cristina-maristany>. Acesso em: 14 mai. 2025.

Dias, Antonieta Cesar. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1970). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2025. Disponível em:
https://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/wiki_dicionario/index.php?title=DIAS,_ANTONIETA_CESAR. Acesso em: 13 mai. 2025.

DY. **Trepações.** Fon Fon, Rio de Janeiro, 10 fev. 1917, p. 24. Disponível em:
<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/259063/26936>. Acesso em: 09 mai. 2025.

EGITO, Michelle de Souza. **João do Rio e as representações do Rio de Janeiro: o artista, o repórter e o artifício a Frívola City de João do Rio.** Rio de Janeiro, 2017. (Projeto de Pesquisa). Disponível em:
https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2017/relatorios_pdf/ccs/COM/COM-Michelle%20de%20Souza%20Egito.pdf. Acesso em: 15 mai. 2025.

ENGEL, Magali Gouveia. Júlia Lopes de Almeida (1862-1934): uma mulher fora de seu tempo? **La manzana de la discordia**, v. 4, n. 2, p. 25-32, 2009.

FAEDRICH, Anna. **Vozes dissonantes, vozes abafadas: literatura brasileira de autoria feminina na Belle Époque.** In: DIAS, André; PASCHE, Marcos; RODRIGUES, Rauer Ribeiro. (Org.). Literatura e dissonâncias. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Literatura Comparada (Abralic), 2018. p. 159-173.

FIGURAS e tópicos: **Selda Potocka Malheiro Dias**. A Faceira, Rio de Janeiro, set. 1916, p. 11. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/347906/1885>. Acesso em: 09 mai. 2025.

FIVE-o'clock tea. O Paiz, Rio de Janeiro, 12 jul. 1910, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/178691_04/2590. Acesso em: 09 mai. 2025.

GARCIA, Sheila do Nascimento. **Revista Careta: um estudo sobre humor visual no Estado Novo (1937 – 1945)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.

GARZONI, Lericé de Castro. **Questões de gênero**. [Entrevista concedida a] Luiz Sugimoto. **Jornal da Unicamp**, n. 534, p. 6, 2012.

Georgina de Albuquerque. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/6104-georgina-de-albuquerque>. Acesso em: 14 mai. 2025.

INSTITUTO de Madame Selda Potocka. Revista da Semana, Rio de Janeiro, 1914, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/025909_01/19150. Acesso em: 09 mai. 2025.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro**, v. 23, n. 23, 2016.

INSTITUTO PIANO BRASILEIRO. **Linha do Tempo**. Disponível em:

<https://www.institutopianobrasileiro.com.br/>. Acesso em: 14 mai. 2025.

LEVEMOS a mulher à Academia de Letras - **Laurita Lacerda Dias**. O Malho, Rio de Janeiro, 17 set. 1936, p. 18. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/116300/85910>. Acesso em: 09 mai. 2025.

LIMA, Andresa Taís Bortoloto de. Laurinda dos Santos Lobo e a moda: os figurinos e as sociabilidades na Belle Époque. In: **Seminário Internacional História do Tempo Presente**, II, 2014, Florianópolis. Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), 2014. p. 1-12.

LIMA, Diego Damasceno. **O lugar dos pretos e caboclos na linha branca de umbanda: uma análise das relações entre religião e ideários de branqueamento no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Estadual Paulista, Marília, 2022.

MAIA, José de. **A elegância - No teatro, nos chás e nos salões**. Fon Fon, Rio de Janeiro, 30 ago. 1919, p. 26. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/259063/33934>. Acesso em: 09 mai. 2025.

MARQUES, Teresa Cristina de Novais. **O voto feminino no Brasil**. Brasília: Edições Câmara, 2019.

MELO; Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **DALTRO, Leolinda de Figueiredo**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DALTRO,%20Leolinda%20de%20Figueiredo.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2025.

MELO; Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **VEIGA JÚNIOR, Dídimo Agapito da**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/pri-meira-republica/DALTRO,%20Leolinda%20de%20Figueiredo.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2025.

MURGEL, Ana Carolina Arruda de Toledo. **Cartografias da Canção Feminina: compositoras brasileiras no século XX**. [Relatório (Pós-doutorado em História Cultural)]. Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Supervisão: Profa. Dra. Margareth Rago. 2017. Disponível em: https://www.mpbnet.com.br/compositoras/XIX/A/Ambrosina_de_S_B_Correa/index.html. Acesso em: 28 mai. 2025.

MUSEU DE HISTÓRIA DA MEDICINA (MUHM). **Antonietta César Dias**. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/muhmrs/5285004411/in/photostream/>. Acesso em: 13 mai. 2025.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL / IBRAM / MINC. **Coleção Dídimo Agapito da Veiga Junior**. Disponível em: <https://atom-mhn.museus.gov.br/downloads/didimo-agapito-da-veiga-junior-2.pdf>. Acesso em 15 mai. 2025.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL / IBRAM / MINC (Brasil). **Coleção Dídimo Agapito da Veiga Junior. Sra. Dídimo Agapito da Veiga Junior**. [sem data]. 1 fotografia. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

MUSEU SERZEDELLO CORRÊA. **Documentos Históricos**. Disponível em: <https://www.tcepa.tc.br/museu-serzedello-correa/documentos-historicos>. Acesso em: 12 mai. 2025.

MUSEUS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **48.º Concerto do Theatro Municipal**. Disponível em: http://www.museusdoestado.rj.gov.br/sisgam/arquivos/FTM/documentos/030546_1495560987.pdf. Acesso em 14 mai. 2025.

MUSEU VILLA-LOBOS. **Villa-Lobos: sua obra**. Rio de Janeiro: Museu Villa-Lobos, 2021.

NETTO, Amador J. Brandão. **Transatlânticas**. Fon Fon, Rio de Janeiro, 15 set. 1917, p. 31. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/259063/28667>. Acesso em: 09 mai. 2025.

NOTAS Mundanas. Fon Fon, Rio de Janeiro, 16 jul. 1910, p. 14. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/259063/4808>. Acesso em: 09 mai. 2025.

NOTAS Mundanas. Fon Fon, Rio de Janeiro, 1915, p. 22. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/259063/20245>. Acesso em: 09 mai. 2025.

NOTICIÁRIO Elegante. Revista da Semana, Rio de Janeiro, 2 abril. 1921, p. 25. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/025909/per025909_1921_00014.pdf. Acesso em: 09 mai. 2025.

O conselheiro Ruy Barbosa, sua esposa e sua filha. Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada, Lisboa, ano 9, nº 215, 1 jan. 1908, p. 1. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/BrasilPortugal/1907_1908/N215/N215_item1/index.html. Acesso em: 19 abr. 2024.

O GLOBO. **Saiba como era o cotidiano carioca na estreia do GLOBO**. Rio de Janeiro, 19 julho. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/saiba-como-era-cotidiano-carioca-na-estreia-do-globo-16798307>. Acesso em: 14 mai. 2025.

O Sucesso da A.M.B. no Municipal. A Lanterna: Jornal da Noite, Rio de Janeiro, 04 nov. 1916, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/211702/36>. Acesso em: 09 mai. 2025.

ODETTE, Violeta. **O Natal de Hoje**. Jornal das moças, Rio de Janeiro, 1 dez. 1914, p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/111031_01/512. Acesso em: 09 mai. 2025.

PERFIS femininos: **Madame Kendall**. A Epoca, Rio de Janeiro, 15 dez. 1912, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/720100/1148>. Acesso em: 09 mai. 2025.

R. T. **A vida ultra-chic**. Fon Fon, Rio de Janeiro, 27 abril. 1918, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/259063/30083>. Acesso em: 09 mai. 2025.

R. T. **A vida ultra-chic**. Fon Fon, Rio de Janeiro, jun. 1918, p. 12. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/259063/30239>. Acesso em: 09 mai. 2025.

RANGEL, Aparecida Marina de Souza; SILVA, Jessica Maria da; RANGEL, Márcio Ferreira; SOUSA, Gabriela Lúcio de; FERREIRA, Márcia Pinheiro; GRANATO, Marcus. O luto de Maria Augusta: um conjunto de objetos em estudo no Museu Casa de Rui Barbosa. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 33, p. 1–31, 2025.

SCHUELER, Alessandra de; RIZZINI, Irma. Myrthes de Campos (1875-1965): a “mulher advogado” na luta pelos direitos das mulheres. **Communitas**, v. 5, n. 9, p. 24–38, 2021.

SILVA, Laura da Fonseca e. **Altruísmo**. O Malho, Rio de Janeiro, 7 nov. 1935, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/116300/83817>. Acesso em: 09 mai. 2025.

SOUSA, Gabriela Lúcio de. **Delineando trajetórias através da roupa: Maria Augusta Rui Barbosa**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

SOUSA, Gabriela Lúcio de; RANGEL, Márcio Ferreira; RANGEL, Aparecida Marina de Souza; FERREIRA, Márcia Pinheiro. O acervo do Museu Casa de Rui Barbosa como fonte primária de construção da trajetória de Maria Augusta Rui Barbosa. **Acervo**, v. 38, n. 1, p. 1–26, 2025.

SOUSA, Gabriela Lúcio de. **Os quimonos de Maria Augusta Rui Barbosa: pesquisa e conservação de roupas musealizadas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Conservação e Restauração). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SOUSA, Gabriela Lúcio de; LOPES, Maria Margaret. Construindo uma trajetória de Maria Augusta Rui Barbosa. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 11, n. 21, p. 318–333, 2022.

SOUSA, Gabriela Lúcio de; LOPES, Maria Margaret. Fotografias na construção das trajetórias de mulheres: Maria Augusta Rui Barbosa (1855 – 1948). **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 14, n. 44, p. 355-373, 2021.

SOUSA, Gabriela Lúcio de; RANGEL, Marcio Ferreira. O sistema de objetos feministas através de Maria Augusta Rui Barbosa. **Anais do XXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação** – ENANCIB, Aracaju, v. 1, p. 1-15, 2023.

SOUZA, Leal de. **O Governo Feminino**. Careta, Rio de Janeiro, 23 jun. 1917, p. 10. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/083712/18168>. Acesso em: 09 mai. 2025.

SOUZA, Vitória Diniz de. "Mulheres uni-vos!": O movimento feminista e suas primeiras manifestações no Brasil (1832-1934). **Revista de História Bilros: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)**, v. 6, n. 13, 2022.

SRA. Coelho Barreto. Revista da Semana, Rio de Janeiro, 23 abril. 1921, p. 26. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/025909_02/603. Acesso em: 09 mai. 2025.

VITÓRIA, Teresa. **CORREIA, Serzedelo**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIA,%20Serzedelo.pdf>. Acesso em 28 mai. 2025.

WANDERLEY, Andrea C. T. **O centenário da morte de João do Rio (1881 – 1921), o cronista da "belle époque" carioca**. Brasiliana Fotográfica, Rio de Janeiro, 23 junho. 2021. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=23302>. Acesso em: 15 mai. 2025.

WANDERLEY, Andrea C. T. **Série "Feministas, graças a Deus!" XVIII – Júlia Lopes de Almeida (1862 – 1934), a "escritora da Belle Époque tropical"**. Brasiliana Fotográfica, Rio de Janeiro, 05 junho. 2024. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=35687>. Acesso em: 15 mai. 2025.